

Entre encontros e confrontos: olhares para participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)¹

Entre encuentros y confrontaciones: perspectivas sobre la participación negra en la Guerrilha do Araguaia (1972-1974)

Between meetings and confronts: perspectives on black participation in the Araguaia Guerrilla War (1972-1974)

Janailson Macêdo Luiz²

 <https://orcid.org/0000-0003-3879-4240>

Resumo | Durante muitos anos, tanto a historiografia quanto a memória hegemônica constituída sobre o regime militar no Brasil sub-representaram a participação de mulheres e homens negros nos grupos que fizeram oposição direta ao regime. Nos últimos anos, porém, essa participação vem sendo cada vez mais problematizada. Um dos eventos ocorridos naquele contexto que contou com participação negra foi a Guerrilha do Araguaia, seja entre seus protagonistas, seja entre a população que habitava a confluência dos estados do Pará, Goiás (atual Tocantins) e Maranhão, que acabou envolvida em um dos episódios mais brutais da história recente brasileira. O artigo, fruto de pesquisa em desenvolvimento, buscou investigar a participação negra no cerne daquele conflito, lançando mão da abordagem de documentos diversos, tais como fontes orais e audiovisuais, documentários, literatura de testemunho e uma série de outros rastros.

Palavras-chave | Guerrilha do Araguaia. Regime Militar. Negros.

Resumen | Durante muchos años, tanto una historiografía como una memoria hegemónica constituida sobre el régimen militar en Brasil subrepresentaron la participación de mujeres y hombres negros en grupos que hacían oposición directa al régimen. En los últimos años, sin embargo, esta participación ha sido cada vez más problematizada. Uno de los hechos ocurridos en ese contexto que tuvo participación negra fue la Guerrilla Araguaia, ya sea entre sus protagonistas o entre la población que habitaba la confluencia de los estados de Pará, Goiás (hoy Tocantins) y Maranhão, que terminó involucrada en uno de los episodios más brutales de la historia brasileña reciente. El artículo, resultado de una investigación en curso, buscó indagar la participación negra en el seno de ese conflicto, a partir del abordaje de diversos documentos, como fuentes orales y audiovisuales, documentales, literatura testimonial y una serie de otras huellas.

Palabras clave | Guerrilha do Araguaia. Régimen Militar. Negros.

Abstract | For many years, both historiography and the hegemonic memory built on the military regime in Brazil underrepresented the participation of black women and men in groups that

1 Este artigo é uma versão adaptada do artigo apresentado à disciplina: *Relações Étnico-Raciais, Educação e Dinâmica Social no Brasil*, ministrada pelo Prof. Dr. Sérgio Luiz de Souza e Prof.^a Dr.^a Ana Claudia Balieiro Lodi, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP).

2 Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: <janailson@unifesspa.edu.br>.

directly opposed the regime. In recent years, however, this participation has been increasingly problematized. One of the events that took place in that context that had black participation was the Araguaia Guerrilla War, either among its protagonists or among the population that inhabited the confluence of the states of Pará, Goiás (today Tocantins) and Maranhão, which ended up involved in one of the episodes most brutal in recent Brazilian history. The article, the result of ongoing research, sought to investigate black participation at the heart of that conflict, using the approach of diverse documents, such as oral and audiovisual sources, documentaries, testimonial literature and a series of other traces.

Keywords | Guerrilha do Araguaia. Military regime. Blacks.

INTRODUÇÃO

A atuação de mulheres e homens negros no cerne do regime militar (1964-1985) no Brasil ainda é um tema sub-representado pela historiografia. Em especial, no que se refere ao contexto anterior à formação do Movimento Negro Unificado, em 1978. Contudo, trabalhos recentes, como os de Kössling (2007), Escobar (2014), Rios (2014), Lima (2018), Pires (2018) e Silva (2019), entre outros, têm colaborado para a reversão desse quadro, seja vasculhando fontes dos órgãos da polícia política em diversos estados, seja problematizando as trajetórias de mulheres e homens negros que vivenciaram o período. Também alguns estudos sobre o movimento negro contemporâneo, como os realizados por Alberti e Pereira (2007) e Pereira (2013), deram visibilidade para o fato de que alguns militantes fortemente atuantes na luta antirracista pós 1978 participaram de grupos e partidos de esquerda no início de suas trajetórias.

Também é pouco conhecida a história da participação negra nos grupos vinculados às concepções marxistas e que adotavam uma orientação ligadas centralmente à questão da classe no contexto do regime militar. Ainda são poucos os trabalhos que problematizam a participação negra nos grupos de esquerda que atuaram na contraposição ao regime, inclusive aqueles grupos que adotaram o caminho da luta armada. Silva (2019), uma das poucas exceções nesse caso, investigou a trajetória de diversas mulheres negras, das esquerdas armada e não armada, atuantes em grupo e movimentos diversos durante o regime.

Também na memória hegemônica sobre o período (NAPOLITANO, 2015) coube pouco espaço para as experiências negras. Segundo Napolitano, essa memória foi constituída na aproximação de memórias da esquerda não armada e setores liberais, que a princípio apoiaram o golpe de 1964, mas com o passar dos anos, foram paulatinamente rompendo com o regime. Desde a década de 1970, à medida que avançavam as críticas ao regime, essa memória foi sendo gestada e ganhou grande repercussão nas narrativas construídas pelos grandes meios de comunicação no país. Para tanto, os que investiam na construção dessa memória buscavam deixar de lado certos temas vistos como tabus, mantendo de fora dos seus enquadramentos tanto as narrativas da direita militar, quanto dos grupos esquerdistas que pegaram em armas. Ao nosso ver, porém, essa memória acabou privilegiando a imagem do jovem branco de classe média e originário do meio urbano como o sujeito opositor ao regime, obliterando outras experiências que demonstram uma diversidade muito maior no cerne dos grupos esquerdistas da época.

Apesar dessa sub-representação, foram muitos os(as) personagens negros(as) que participaram seja dos movimentos contestatórios ao regime, seja de eventos com grande impacto social, como ocorreu com a Guerrilha do Araguaia (1972-1974), conflito que eclodiu na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, entre os estados do Pará, Goiás (atual Tocantins) e Maranhão – local também conhecido como Fronteira Araguaia-Tocantins – e alterou direta ou indiretamente a vida de milhares de pessoas.

A Guerrilha do Araguaia contrapôs militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que naquele momento atuava na clandestinidade, e as Forças Armadas. O PC do B adotava uma perspectiva maoísta e defendia a guerrilha rural. Entre 1966 e 1972 enviou algumas dezenas de militantes para a chamada Fronteira Araguaia-Tocantins. Muitas desses militantes já eram amplamente perseguidos pelo regime em locais diversos do país, devido a sua atuação contra o regime militar. Todavia, em 12 de abril de 1972 o grupo teve suas bases atacadas. Após isso, resolveu resistir, o que deu início a um conflito que duraria cerca de dois anos.

No total, as Forças Guerrilheiras do Araguaia (Foguera) foram compostas por cerca de sessenta e nove militantes; que usavam o interior da floresta amazônica como ponto de refúgio. Depois de três grandes operações, os militares finalmente venceram o grupo. Porém, acabaram deixando um grande rastro de atrocidades, típicos do *modus operandi* adotado durante o regime militar no país e no Cone Sul. Desaparecimentos forçados, prisões clandestinas, torturas e outras práticas centradas no terror de estado afetaram não somente os guerrilheiros, mas também muitas mulheres e homens integrantes da população local (CAMPOS FILHO, 2012).

Realizamos pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, que tem como objeto³ a atuação de negras e negros durante o contexto da Guerrilha do Araguaia, buscando compreender a trajetórias dos cerca de nove guerrilheiros negros que atuaram no conflito,⁴ bem como a participação de mulheres e homens negros que compunham a população local e que acabaram vivenciando o dia-a-dia dos combates, num dos principais conflitos de luta armada ocorridos no país durante o período governado pelos militares.

Entre “encontros e confrontos”⁵ as relações étnico-raciais foram sendo produzidas no cotidiano da Guerrilha do Araguaia, envolvendo não apenas sujeitos negros e brancos,

3 Entre as fontes históricas abordadas na pesquisa encontram-se: documentos do próprio PCdoB e das Forças Guerrilheiras do Araguaia, produzidos antes, durante e depois dos combates; relatos orais de memória reunidos em entrevistas realizadas através da metodologia da História Oral (ALBERTI, 2010), seja com moradores da região, seja com familiares de guerrilheiros; depoimentos reproduzidos nos diversos documentos produzidos sobre o tema ou no cerne de atividades de comissões como a Comissão Nacional da Verdade; além de reportagens e publicações jornalísticas que tomaram a Guerrilha como objeto. Dada as limitações deste artigo, apresentamos discussões sobre apenas algumas dessas fontes.

4 Osvaldo Orlando da Costa - Osvaldão (1938-1974); Helenira Rezende de Souza Nazareth - Preta ou Fátima (1944-1972); Dinalva Conceição Oliveira Teixeira- Dina (1945-1974); Rosalindo Cruz Souza - Mundico (1940-1973); Antônio de Pádua Costa - Piauí (1943-1974); Dermerval da Silva Pereira - João Araguaia (1945-1973), Idalísio Soares Aranha Filho - Aparício (1947-1972); Lúcia Maria de Souza - Sônia (1944-1973); Francisco Manoel Chaves - Zé Francisco (1906 - 1972). Ao todo, eram cerca de sessenta e nove os guerrilheiros do Araguaia. Por uma questão de espaço, não abordaremos a trajetória de boa parte dos citados neste artigo. Ver Luiz (2017; 2018 e 2020).

5 Tomamos emprestada expressão utilizada por Souza, ao tratar da abordagem das relações étnico-raciais

mas também indígenas⁶ da etnia Suruí-Aikewara, que por um lado participaram das redes de sociabilidade constituídas pelos futuros guerrilheiros durante o seu trabalho inicial de contato com a população local (1966-1972); e, por outro, já durante os combates, tiveram seu território invadido pelos militares e suas roças queimadas. Além disso, muitos homens do grupo, assim como acontecera a camponeses da região, foram pressionados a auxiliarem os militares na caçada aos guerrilheiros no interior da floresta, o que incluía presenciar diversas atrocidades, que deixaram parte deles com traumas pelo restante da vida. A ocupação também foi traumática para as mulheres Aikewara, algumas das quais chegaram a ter problemas em suas gestações devido à situação constante de vigilância e medo que lhes foi infligida (FERRAZ et al., 2018).

Nas próximas páginas discorreremos sobre algumas experiências ainda pouco conhecidas, mas que marcaram e continuam marcando a vida de muitas pessoas. Experiências vivenciadas num período de grandes contradições no país, em que o autoritarismo e o terror de estado se materializavam em um momento também simbolizado pela busca de modernização, pelo chamado milagre econômico e chegada de grandes fluxos migratórios na Amazônia. Um período marcado justamente por encontros, confrontos, mas também pela busca de muitas pessoas por modificar as suas condições de vida.

O PIN E A PRESENÇA NEGRA NA FRONTEIRA ARAGUAIA-TOCANTINS

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, foram diversas as migrações para a região da Guerrilha, atuando os migrantes como força de trabalho que constituíam as frentes de expansão (VELHO, 2013) responsáveis pelo povoamento não-indígena⁷ da região. Essas frentes, que em alguns casos envolveram também a força de trabalho indígena, estiveram ligadas, inicialmente, à produção gomífera (borracha), às atividades pastoris, ao extrativismo da castanha em castanhais públicos, e à mineração em pequena escala.

Ianni (1978), por exemplo, apontou que em 1950, no município de Conceição do Araguaia (PA), a população era constituída por 2656 brancos, 1482 pretos, 2158 pardos e 26 não declarados. O que dá uma mostra quanto à presença dos negros⁸ no cerne dessas

no início do século XX na cidade de Ribeirão Preto: "Em nosso estudo, embora tenhamos como foco privilegiado a população negra, não pensamos esta de maneira isolada. Sendo assim, apresentam-se relevantes todos os dados que possam conduzir-nos ao estabelecimento de relações entre os negros e outros contingentes populacionais da cidade. Esta postura surge como um modo de melhor pensarmos os processos de *encontros e confrontos* que permearam o estabelecimento dos espaços negros nesta sociedade". (SOUZA, 2007, p. 2, grifo nosso).

6 Para uma visão ampla sobre os impactos das ações do regime militar entre os grupos indígenas no país e na região Amazônica em específico, ver Valente (2017).

7 É importante lembrarmos que diversos grupos indígenas já habitavam a região nesse período, em destaque, nos municípios do Pará próximos àqueles onde transitariam no futuro os guerrilheiros, os Suruí-Aikewara, Gavião, Parakanã e Xikrin do Cateté.

8 Lançamos mão do mesmo procedimento adotado por Gomes (2005, p. 39), que é também adotado pelo Movimento Negro no país: "Negras são denominadas aqui as pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)".

migrações, sendo que cidades do Sul e Sudeste do Pará, como a própria Conceição do Araguaia, Marabá (SILVA, 2006; 2011) e Brejo Grande do Araguaia (VASCONCELOS, 2018) foram formadas – afora, obviamente, a ocupação indígena ocorrida em períodos anteriores⁹ –, em grande medida, por migrantes negros de origem maranhense.

No começo dos anos setenta, os governos militares colocaram em ação o Plano de Integração Nacional (PIN), que teve como marco a construção da Rodovia Transamazônica e o investimento a projetos agrícolas e pecuários de grande porte, atraindo uma quantidade ainda maior de migrantes. A Guerrilha do Araguaia ocorreu justamente nesse momento de implementação do PIN na Amazônia Oriental; momento de grande efervescência, e de diversas trocas culturais, pois além das culturas indígenas e das visões de mundo daqueles que já habitavam as poucas cidades existentes na região, os novos migrantes traziam concepções culturais que iriam adensar ainda mais as relações sociais (SILVA, 2006; 2001; VELHO, 2013).

Segundo o mesmo Ianni (1978), não foi por acaso que justamente no início dos anos 1970 eclodiu uma guerra de guerrilha no interior da Amazônia. O conflito simbolizava justamente as contradições capitalistas então impostas. Hoje, inclusive, temos a possibilidade de observar nitidamente as contradições presentes naquele momento. De um lado, o governo buscava ampliar a fronteira agrícola, econômica e demográfica, favorecendo o desenvolvimento de grandes migrações para a região Norte, mas também a implementação de projetos de infraestrutura e, cada vez mais, a instalação de grandes latifúndios. Do outro lado, militantes do PC do B entendiam que, ao atuarem naquele mesmo espaço, poderiam criar uma oportunidade de mudar o país, por meio da conscientização política dos camponeses.¹⁰

Ao contrário de grupos que atuavam na guerrilha urbana, o PC do B defendia um caminho de luta pelo campo, a partir da inspiração na Revolução Chinesa (1949). Do maoísmo importaram a concepção de Guerra Popular Prolongada, forma de mobilização a ser feita pelos camponeses sob a liderança do partido.¹¹ Tal importação, contudo, dialogava diretamente com adaptações pensadas a partir do contexto brasileiro (CAMPOS FILHO, 2012). Embora tenha sido derrotado, o grupo conseguiu resistir às investidas militares durante as primeiras operações. Os militares saíram vencedores apenas no segundo ano de combates. Essa longa resistência dos guerrilheiros se deveu em muito a boa adaptação à geografia da Fronteira Araguaia-Tocantins. Os conhecimentos necessários para tal adaptação foram aprendidos em grande medida no contato com os moradores locais.

Quanto às relações étnico-raciais, é importante observarmos que o PC do B, como era comum aos grupos esquerdistas naquele momento no Brasil e América Latina, priorizava uma leitura da realidade focada centralmente na classe. Embora questões como a desigualdade racial e a desigualdade entre homens e mulheres não fossem ignoradas — inclusive o partido apresentava esforços no sentido de frisar a importância de atuação das mulheres

9 Como ocorreu em outros locais do país e do continente, os grupos indígenas locais tiveram grande decréscimo populacional e perderam grande parte de suas terras no contato com aqueles que chegavam nas “frentes de expansão”. Sobre essas frentes, ver Velho (2013).

10 Ver documentos anteriores ao conflito reproduzidos em Pomar (1980).

11 Para o contato com documentos que norteavam as ações do PC do B durante o final dos anos 1960 e início de 1970, ver: POMAR (1980) e PC do B (1975). Para documentos sobre a luta no Araguaia, ver: Anita Garibaldi (2005) e Dória et al. (1978).

entre seus quadros —, tais questões eram vistas como secundárias diante das questões de classe. Ou seja, a lente teórica adotada pelo partido compreendia que, vencida a desigualdade imposta pela opressão da classe dominante, as demais formas de desigualdade tenderiam a desaparecer.¹²

O perfil elaborado pelo partido em homenagem à morte do guerrilheiro Francisco Manoel Chaves (1906-1972), um dos guerrilheiros negros que lutaram no Araguaia, dá mostra de que o tema da desigualdade racial não era desconsiderado dentro do partido, ainda que não ganhasse os contornos principais:

A figura simples, alegre e otimista, mas responsável e firme denodado camarada era muito conhecida de numerosos militantes do movimento popular e anti-imperialista brasileiro. Oriundo de uma família de camponeses pobres de ascendência africana, desde criança sentiu duramente as injustiças e os preconceitos de que são vítimas as pessoas humildes e de pele negra (PC DO B, 1975, p. 197).

Francisco Chaves se integrou a Guerrilha já com mais de sessenta anos, depois de atuar na Marinha, de onde foi expulso em 1937, por participar da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, o que o levaria também para a prisão. A partir dos anos 1940 passou a militar no que passaria a ser conhecido como Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, após a divisão ocorrida no PCB, migrou junto com os outros dissidentes para o PC do B, pós 1962.¹³

Como será visto adiante, Chaves,¹⁴ justamente com Osvaldão,¹⁵ é apontado como um dos elos com os religiosos de matriz africana que habitavam a Fronteira Araguaia-Tocantins. Ambos seguiam a linha do partido quanto a busca de aproximação com as “massas”, entre os quais se encontravam religiosos que faziam parte de um campesinato negro (GOMES, 2015) migrante que buscava reconstituir suas trajetórias na Amazônia Oriental.

12 Para uma visão (auto)crítica da forma como os comunistas entendiam as relações raciais no Brasil, ver: Buonicore (2018). Para um olhar sobre comparativo, a partir de um lugar em que a revolução triunfou, como Cuba, ver: Torres (2015) e Alfonso (2012). Essa última autora apresentou a situação paradoxal vivenciada pelos afro-cubanos desde os anos 1960, no pós-revolução: “Porque si resulta cierto que se aseguran niveles inéditos de igualdad entre blancos y negros, también, al ser saboteada a ciertas instancias una exploración plena de la afrocubanidad — ya no solo em sus aspectos folklóricos, sino sobre todo religiosos— se retardaba paradójicamente la posibilidad de una total reivindicación de este grupo”. (2012, p. 114). A partir da década de 1990, com o agravamento da situação econômica cubana, as desigualdades marcadas pela raça voltaram a ser visualizadas de forma mais evidente no cotidiano, gerando o aumento de questionamentos para um olhar centrado apenas nos elementos classistas; bem como para a manutenção de estruturas coloniais, mesmo no pós-revolução. Ver também: De la Fuente (2012).

13 Para uma abordagem sobre a história do PC do B, ver Sales (2017) e PC do B (1975).

14 Analisamos a trajetória de Chaves em Luiz (2018). Ver também: Rodrigues (2017).

15 Osvaldo Orlando da Costa (1938-1974) nasceu em Passa Quatro, interior de Minas Gerais. Na juventude, atuou como boxeador no rio de Janeiro, sendo campeão amador. Após realizar o ensino médio na Escola Técnica Nacional (ETN), conseguiu bolsa de estudos para estudar o ensino superior na Tchecoslováquia. Retornou ao Brasil antes de concluir o curso na área de Engenharia. Já vinculado ao PC do B, fez curso de guerrilha na China. Foi um dos primeiros militantes do PC do B a instalar-se no Araguaia, estando presente ainda hoje na memória de muitos moradores locais. Sobre ele surgiram narrativas, muito vinculado ao universo das encantarias, segundo as quais ele tinha o poder de se transformar em animais, evitando assim ser preso pelos militares (JOFFILY, 2008; SADER, 1990; TELES, 2014; LUIZ, 2017; PINTO, 2018). Tratamos mais detalhadamente sobre Osvaldão em Luiz (2020); artigo que buscou problematizar como as relações étnico-raciais foram abordadas no documentário Osvaldão (2014).

EXPERIÊNCIAS NEGRAS DURANTE O CERCO E ANIQUILAMENTO À GUERRILHA DO ARAGUAIA

É importante lembrarmos que as políticas dos governos militares eram colocadas em ação num contexto onde cada vez mais se reforçava uma concepção de povo mestiço e cordial, que servia de obstáculo para que fosse denunciado o racismo vigente no país. Tal valorização de uma pretensa democracia racial estava presente não só nas políticas oficiais dos militares, mas também nas ações dos civis, com destaque para os grandes veículos de comunicação:

Mesmo depois do golpe militar em 1964, e apesar da censura à imprensa, as denúncias de preconceito racial eram cada vez mais citadas na imprensa. Ao comentá-las, o argumento dos jornalistas era quase sempre o mesmo: não se deveria admitir qualquer tipo de discriminação num país famoso pela tolerância racial. Os casos de preconceito racial eram vistos como aberrações e não como manifestações de um racismo entranhado na sociedade brasileira. E era conveniente que fossem vistos assim, pois permitia a reprodução de relações sociais que terminavam privilegiando apenas uma parte da população brasileira (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 276).

Os governos militares também se valiam de tal posicionamento. Com o tempo, mesmo as estatísticas oficiais buscariam eliminar os dados que apontassem para a existência de tensões envolvendo as relações raciais:

Durante o regime militar o item cor sequer existia nas estatísticas nacionais, inclusive no censo populacional. O regime tratava assim de impedir que as desigualdades raciais ganhassem visibilidade nas estatísticas oficiais. A idéia de um povo mestiço como patrimônio nacional foi exaustivamente veiculada nos meios de comunicação pelos governos militares. A pretensa harmonia racial brasileira foi exaltada como a marca mais característica da nação. A simples menção à cor da pele das pessoas era interpretada como um sinal de preconceito (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 276).

Através dessas medidas, os militares e parte da sociedade civil contribuiram não só para manter vigentes as desigualdades existentes no país, como também para que as populações negras e indígenas continuassem sendo alvos de diversas atrocidades, por serem vistas como menos importantes dentro de hierarquias culturalmente construídas.

Mbembe (2016), convida-nos a refletir sobre as relações entre a soberania, o poder e o controle sobre a morte no mundo contemporâneo. Segundo esse autor: “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é.” (2016, p. 135). Esse tipo de poder guarda heranças dos períodos em que as potências europeias exerceram domínio colonial frente a povos da América, África e Ásia; mas que também vêm ganhando novos contornos a partir das formas em que, na atualidade, os “soberanos” exercem a escolha sobre “quem pode viver e quem deve morrer” (2016, p. 123); entre quem merece proteção e quem pode ser considerado descartável.

Mbembe lançou questionamentos frente “aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e populações” (2016, p. 125). No Brasil, não começou nos dias atuais o exercício da “instrumentalização generalizada da existência”

e a “destruição material dos corpos e populações”; em especial no tocante as populações negras, pobres e moradoras das periferias ou espaços afastados dos grandes centros. Esse tipo de ação está há muito vinculado à nossa história, perpassando os períodos colonial, imperial e imperial, e se materializou também na repressão às Forças Guerrilheiras do Araguaia, num dos episódios mais violentos da história do regime militar no Brasil.

No Araguaia, afora a disputa “militares versos guerrilheiros”, a população local também acabou sendo amplamente afetada pelo terror de estado, sendo alvo também de torturas, deslocamentos forçados, queima de roças, entre outros abusos cometidos por agentes do Estado junto a pessoas que em sua grande maioria não apoiavam o movimento guerrilheiro. Essa população acabou sendo alvo de um estado de sítio; e acabou sendo também atingida, juntamente com os guerrilheiros, pela concepção de “inimigo interno” então usada pelo regime, a partir da aplicação da Doutrina de Segurança Nacional. Tal doutrina, irradiada no Brasil a partir da Escola Superior de Guerra, constituía-se como um alinhamento do Regime ao anticomunismo dos Estados Unidos e seus apoiadores durante a Guerra Fria (COIMBRA, 2000). Para Mbembe:

O ‘estado de sítio em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. O cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios, sobre quando e em quem atirar (2016, p. 138).

Historicamente tal tipo de ação costuma ser mediada pelas relações étnico-raciais. No Brasil, ações como ocorreram na Guerrilha do Araguaia acabam trazendo mais uma vez à tona concepções longínquas, cunhadas durante os quase quatro séculos de escravidão negra. Além disso, no início da República, ocorreu ainda uma reificação das hierarquias sociais no país, mediante a adoção, por muitos intelectuais, de teorias racialistas cunhadas na Europa entre o fim do século XIX e início do XX. Tais teorias chegavam ao país junto com a expansão do liberalismo econômico, como resultado também dos avanços imperialistas das potências europeias. Quanto a estas teorias, Seyferth apontou que:

Guardadas as diferenças de interpretação, todas elas tinham em comum o dogma de que a diversidade humana, anatômica e cultural, era produzida pela desigualdade das raças; e a partir deste dogma, produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros ‘bárbaros’ e os índios ‘selvagens’ se revezando na base, e todos os demais ocupando as posições intermediárias (1996, p. 43).

A mesma autora, ao tratar das hierarquias raciais no contexto das migrações europeias para o Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX, fez alusão a um cenário onde, não por acaso, a ideia de progresso estava atrelada às referidas hierarquias:

Caboclos, negros, mestiços em geral e até imigrantes portugueses eram considerados apenas coadjuvantes do progresso a ser introduzido por uma agricultura ‘racional’ - serviram para o trabalho ‘pesado’ de desbravamento e desmatamento - conforme opinião de Meneses e Souza (1875). Os pressupostos de inferioridade e a hierarquização baseada em elementos de natureza racial (como determinante de ‘capacidades’) são mais do que óbvios quando está em jogo a ideia de ‘progresso’ orientadora das políticas de colonização (1996, p. 47).

Esse tipo de visão, guardadas suas especificidades, acabaria sendo realimentada no contexto da implementação do PIN na Amazônia, onde indígenas e negros também não seriam vistos como sujeitos do projeto de modernização em desenvolvimento durante o período do chamado “milagre econômico” (1969-1973) no país. Ao contrário, o Estado e os civis beneficiados pelas políticas do regime militar (grandes empresários, latifundiários, investidores, entre outros), passaram a alimentar a defesa de uma concepção de progresso que não visava a melhoria das condições de vida daquelas populações, vistas como mera força de trabalho, ou simplesmente como peças descartáveis.

Um dos exemplos dos abusos cometidos à população local durante a repressão à Guerrilha do Araguaia aconteceu com a família de Lauro Rodrigues, homem negro que era criança a época da Guerrilha. Como relatou em seu testemunho à Comissão Nacional da Verdade (CNV), em audiência realizada em novembro de 2012, em Marabá-PA:

E, em setenta e dois, em abril de setenta e dois, o pessoal do Exército invadiram a nossa residência, do Araguaia; e meu pai, o Eduardo, tá aqui presente, oitenta e sete anos¹⁶, foi o primeiro a ser preso, o primeiro trabalhador rural a ser preso. Passou quatro meses preso e, entre aqui o Marabá, tiro de guerra, e Belém; depois, ele foi liberado. O pessoal do Exército foi na nossa região novamente. Metralhou a casa dos guerrilheiros, toda. Derrubaram. Botaram fogo também na nossa casa e nós, meu pai cum [emociona-se] dez filhos teve que sair correndo pra cidade, atravessando o rio, pra não ser metralhado, de noite, na ilha. E, de lá tivemos que sair pra cidade, sem poder, sem ter condições. Minha mãe, que já é falecida, foi ser boleira aqui em Marabá. Fazer bolo. Pra vender. Pra criar a gente¹⁷ (RODRIGUES, 2019 [2012]).

Mas não seriam “apenas” materiais os danos que sua família viria a sofrer, meramente por morar nas proximidades de um dos agrupamentos guerrilheiros, o Destacamento A, liderado por André Grabois (1946-1976), filho de Maurício Grabois (1912-1973), comandante da Guerrilha.¹⁸ Em um depoimento marcado pelas lágrimas, Lauro¹⁹ narrou que:

Mas antes, eu sofri um acidente lá. Com três mês que tinha começado a Guerrilha, eu, tava o Sabino, que era um filho, irmão meu de criação, ele achou uma bomba, uma granada, deixada lá pelo Exército, porque, segundo eles, era deles, que eles fizeram perícia. (...) Talvez eles tenham perdido, deixado, esquecido lá no local. E eu perdi a mão, naquele momento, fiquei todo quebrado. O Sabino morreu na hora e, o corpo dele a gente não sabe onde foi sepultado, até hoje a gente não sabe. E

16 Falecido em setembro de 2019.

17 Transcrição *ipsis litteris*.

18 Os guerrilheiros dividiam-se, inicialmente, em três destacamentos, cada um com autonomia entre si, e uma comissão militar. Cada destacamento possuía pouco mais de vinte integrantes e possuía um líder e um vice-líder. Os guerrilheiros não conseguiram uma grande adesão dos moradores locais, de modo a possibilitar a ampliação dos destacamentos. Além dos seus problemas internos, como a pouca experiência militar dos combatentes e a falta de armamentos, influenciaram bastante as ações repressivas dos militares, que dissuadiram uma possível maior participação camponesa. Também não deve ser subestimado o fator de que os moradores locais, grosso modo, compreendiam pouco os ideais defendidos pelos guerrilheiros, tendo em vista que os conflitos armados se iniciaram em um período em que os militantes do PC do B ainda não haviam apresentado explicitamente as suas visões e propósitos políticos/militares para a população. Ver: Campos Filho (2012).

19 Lauro também apresentou depoimentos aos documentários: *Camponeses do Araguaia* (2010) e *Araguaia: Campos Sagrado* (2010).

esse período a gente ficou lutando pela vida, para sobreviver e criar. Os mais velhos ajudando a criar os mais novo. E assim a gente vem na luta até hoje (RODRIGUES, 2019 [2012]).

As memórias de Lauro e sua família, trazem lembranças de dor, sofrimento, perda; trazem as marcas indeléveis deixadas na população pela forma como suas casas, roçados, vilas, e vidas foram cercadas durante a ação dos militares. Tais ações tinham como objetivo não somente a captura dos guerrilheiros, mas também impor o medo e exercer o controle sobre homens e mulheres da população local, de modo a evitar uma possível adesão à luta, ou ainda a incorporação a novos movimentos contestatórios da ordem política vigente. Lauro aponta que jamais a família recebeu os restos mortais de Sabino, o que dá uma mostra a mais do autoritarismo exercido pelos militares naquele momento na Fronteira Araguaia-To-cantins.

Estava não apenas em cena o jogo sobre a vida e a morte, sobre quem teria o direito básico ou não de enterrar os seus parentes mortos; mas também a tentativa de eliminar as provas que pudessem ser usadas posteriormente para investigar as atrocidades cometidas no interior da floresta Amazônica durante aqueles anos. Lembremos que, assim como ocorreu com Sabino, a maior parte dos corpos dos guerrilheiros jamais foi entregue aos seus familiares, constituindo-se como um crime de desaparecimento político. Os abusos cometidos pelos militares seriam absolvidos pela Lei da Anistia de 1979, garantindo impunidade a muitos perpetradores de violência, que iriam passar o resto de suas vidas sem irem a julgamento por seus crimes.

A ETNICIDADE E OS AGENCIAMENTOS ENTRE OS GUERRILHEIROS E A POPULAÇÃO NEGRA

Cunha lançou uma instigante observação àqueles que se propõe investigar as relações étnico-raciais. Essa antropóloga nos chama a atenção para que observemos não apenas os elementos mais visíveis do que é *dito* por um determinado grupo ao entrar em contato com o outro, mas que fiquemos atentos ao *como* esses elementos são constituídos e comunicados durante as relações:

Parece-me que ficou claro que a etnicidade, como qualquer forma de reivindicação de cunho cultural, é uma forma importante de protestos eminentemente políticos. Reconhecer o que ela diz, o protesto, a resistência, há quem o faça. Mas o que ela diz, diz-lo de certa maneira. Não há por que pensar que essa maneira seja um balbuciar (CUNHA, 2009, p. 244).

A cultura, as tradições e as identidades étnicas devem ser lidas não apenas como fatores apriorísticos, meras heranças legadas por gerações mais antigas de um grupo, mas como elementos que, sem deixar de remeterem a essas heranças, relacionam-se com as dinâmicas das relações de poder instituídas a partir do tempo presente. Conforme Cunha apontou no mesmo texto: "A construção da identidade étnica extrai assim, da chamada tradição, elementos culturais que, sob a aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que, fora do todo em que foram criados, seu sentido se alterou" (CUNHA, 2009, p. 239).

Uma das fontes que trabalhamos na pesquisa é o “Programa dos vinte e sete pontos”, apresentado durante os conflitos como carta-proposta pelas Forças Guerrilheiras do Araguaia, através do que passaram a denominar como União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo (ULDP), entidade – constituída durante o calor dos combates — que visava reunir a guerrilha e a população local. O programa tinha como objetivo atrair para a causa revolucionária a população da região do Araguaia e foi elaborado antes da presença dos militantes do PC do B serem descobertos e fosse dado início aos combates, em abril de 1972.

Como apontou um dos guerrilheiros sobreviventes, o ex-deputado federal José Genoíno Neto, em entrevista publicada por Dória et. al.: “Em meados de 71 vamos elaborar, junto com a população, um programa com as reivindicações da região, desde o problema de terra, grilagem, saúde, miséria, falta de comércio até o problema mais geral dos camponeses, que desemboca na reforma agrária” (1978, p. 35).

Tal programa tem marcado presença constante nos anexos das inúmeras obras que trataram da Guerrilha (DÓRIA et al., 1978; PORTELA, 2002; AMORIM, 2014). A versão mais antiga por nós localizada, publicada ainda durante os combates, encontra-se no jornal do próprio PC do B, *A Classe Operária*²⁰, em seu número 77, de setembro de 1973. Gostaríamos de chamar atenção para um dos pontos que integra esse programa. Segundo os integrantes da ULDP:

‘A união do povo do interior tem que ser feita partindo de suas reivindicações mais sentidas e imediatas. *Que deseja o homem do interior?* Quais os problemas que mais sente? Ele quer: (...) 17. Respeito a todos os cultos religiosos, não sendo permitida a perseguição de qualquer pessoa por motivo de prática religiosa, inclusive da que professa a pajelança²¹, o terecô²² (sic.), o espiritismo, desde que esta prática não cause dano ao indivíduo (PC DO B, 1973, p. 10-11, grifo nosso).

20 Quando os militantes que haviam rompido com o PCB criaram o PC do B, reavivaram o antigo jornal *A Classe Operária*, que durante muitos anos fora publicado na clandestinidade e divulgado por militantes em diversas regiões do país. O jornal acabaria tendo um importante papel de comunicar parte dos acontecimentos no Araguaia, ainda que sob circulação restrita a pequenos círculos militantes, dada a perseguição ao partido perpetrada pelos militares durante a repressão à Guerrilha.

21 Até onde pudemos identificar em pesquisas de campo junto a moradores que vivenciaram o período, consideramos se tratar do que Ferreti designou como “pajelança de negros”, distinta das formas de catimbó comuns no Nordeste e da pajelança mais presente em outras regiões amazônicas, embora se aproxime desta em relação a presença de encantados e por centrar seus rituais em práticas de transe voltadas sobretudo para a cura de males físicos e espirituais: “Os termos pajé e pajelança são amplamente utilizados para designar rituais e especialistas religiosos e terapêuticos ligados à cultura indígena, ou à cultura cabocla, geralmente rural, encontrados principalmente no Norte do Brasil. Mas no Maranhão, desde meados do século XIX, são também muito utilizados para designar rituais e especialistas religiosos negros (africanos e afro-descendentes) destinados à ‘cura de feitiço’ ou para ‘dar passagem’ a entidades espirituais como Rei Sebastião, princesas, caboclos e outras, algumas vezes encantadas em animais (pássaros, peixes, répteis e mamíferos)” (FERRETI, 2014, p. 61).

22 “Terecô é a denominação dada à religião afro-brasileira tradicional de Codó – uma das principais cidades maranhenses, localizadas na zona do cerrado, na bacia do rio Itapecuru, a mais de 300 km em linha reta da capital (...). É também conhecido por encantaria de Barba Soêra ou Bárbara Soeira, entidade sincretizada com Santa Bárbara, e por tambor-da-mata, ou simplesmente mata, em alusão à sua origem rural ou para diferenciá-lo da mina surgida na capital. (...) Geralmente no terecô os pais e mães-de-santo são também curadores (...). Afirma-se que nesses trabalhos e práticas terapêuticas os terecozeiros associam à sabedoria herdada de velhos africanos conhecimentos indígenas, práticas de catimbó e da feitiçaria europeia e que também se apoiam no tambor-de-mina, na umbanda e na quimbanda (...).” (FERRETI, 2011, p. 63-64).

Osvaldão e Francisco Chaves são dois dos guerrilheiros apontados como responsáveis pelo elo da Guerrilha com os praticantes da pajelança e do terecô²³. Mas, antes de avançarmos, fazem-se importante os questionamentos: Por que os guerrilheiros lançaram um olhar para os praticantes dessas religiões? E mais ainda, porque aqueles que professavam essas religiões optaram por interagir com aqueles novos sujeitos presentes na região? Sabemos hoje que os primeiros militantes do PC do B chegaram ao Araguaia em 1966, seis anos antes da realização do primeiro ataque por parte das Forças Armadas. Durante esses anos, buscaram se apropriar do conhecimento sobre a geografia do local e formas de vida dos moradores.

A própria linha política do partido, voltada para o marxismo-leninismo a partir de uma perspectiva maoísta, pregava uma vida de atividades práticas, integradas às experiências dos camponeses. Os militantes tiveram que exercer trabalhos na roça, pescar, caçar, aprender a se deslocarem entre as matas sem se perder, identificar que tipo de cipó continha água e como cortá-lo sem deixar o líquido se esvaír, entre outras aprendizagens (SÁ, 2004). Aqueles eram conhecimentos práticos que serviriam como preparação para uma época futura de combates, mas também para que eles pudessem ser vistos como próximos por parte dos moradores.

Com relação às religiões, incluindo-se as religiões de matriz africana, o contato era feito durante situações cotidianas. Não era defendida uma visão de que a religião era “o ópio do povo”, mas buscava-se nas religiões formas de diálogo e de ampliação dos contatos junto à população local. Como narrou Glênio Sá, um dos poucos guerrilheiros a sobreviverem:

Respeitávamos completamente as crenças dos caboclos e participávamos de tudo o que ocorria nas redondezas: de novenas a rituais de Terecô (espécie de candomblé com influência indígena) que tinha muita influência entre aquele povo. Tínhamos inúmeros afilhados de fogueiras juninas e éramos até chamados para resolver pendências entre eles (SÁ, 2004, p. 10)²⁴.

Apesar das poucas fontes disponíveis, algumas das quais abordadas em Luiz (2017), consideramos que os “tereçozeiros” (como eram conhecidos aqueles religiosos) buscavam dar a ver aos guerrilheiros e ao restante da população os elementos constituidores de suas fronteiras identitárias. O que não implica uma adesão às ideias cada vez mais explicitamente veiculadas pelos guerrilheiros, mas que eles buscaram se constituir como sujeitos nesse diálogo. Talvez, justamente por isso, foram vistos como relevantes dentro de uma estratégia de aproximação, e mencionados no principal documento produzido pelos guerrilheiros.

Além das questões propriamente espirituais, é importante lembrarmos, como fez Teles (2014), a importância que aqueles religiosos tinham em relação as práticas de cura, num contexto de forte carência de assistência médica, onde mais do que nunca se faziam fundamentais os saberes das mata e os conhecimentos tradicionais, que serviriam como fatores diacríticos marcadores de fronteiras étnicas frente aos guerrilheiros; assim como o domínio das relações com os encantados e outros seres cultuados nas noites no interior da floresta.

23 Trabalhamos as relações entre a Guerrilha e o Terecô em Luiz (2017). Pinto (2018) realizou pesquisa sobre as concepções de religiosos de matriz africana da região Araguaia-Tocantins sobre a Guerrilha.

24 Outro sobrevivente, Zezinho do Araguaia, relatou a uma reportagem sobre o guerrilheiro Francisco Chaves que: “O Chaves participava dos terreiros. Não podíamos destoar do dia a dia dos moradores locais. O João Amazonas (principal líder do PCdoB), por exemplo, puxava um terço danado” (RODRIGUES, 2017, s/p).

Pinto (2018) abordou como muitos dos afro-religiosos locais – hoje em grande medida identificados mais com a Umbanda do que com o Terecô em específico –,²⁵ mantiveram memórias sobre a atuação dos guerrilheiros, especialmente quanto a Osvaldão. Esses religiosos procuraram, mais uma vez, por meio da produção de tais narrativas, manterem-se como sujeitos, de modo a usar a sua própria visão de mundo para interpretar os eventos ocorridos durante o cerco dos militares ao local. Narrativas estas que tratavam das intersecções entre guerrilheiros e população local, assim como das experiências vivenciadas naquele momento.

É importante observarmos que também foram realizadas intersecções entre integrantes da população local e os militares. Em muitos casos, tais aproximações ocorriam por meio de estratégias de coerção. Mediante o medo, ameaça e até mesmo torturas, muitos moradores passaram a colaborar com as Forças Armadas, seja por meio do repasse de informações, seja — no caso de muitos homens locais — através da colaboração durante a caçada aos guerrilheiros no interior da floresta. Houveram até casos em que os próprios moradores realizaram a detenção de guerrilheiros (SÁ, 2004). Os moradores locais, incluindo-se os indígenas Aikewara, foram usados como “guias”; por conhecerem bem os caminhos no interior das matas. Contudo, como já amplamente explorado pela literatura sobre a Guerrilha do Araguaia, também haviam aqueles moradores que colaboraram mediante a promessa de obtenção de terras, dinheiro ou outros benefícios.

A ocorrência de tais colaborações não impediam que muitas pessoas continuassem sendo alvo de violências diversas, inclusive sendo vítimas de formas várias de opressão, como ocorreu com uma mulher identificada como terecozeira. Segundo depoimento dado em 2012 à CNV pelo indígena Tibaku do Suruí, em Marabá, essa mulher — não identificada nominalmente – foi vítima de forma simultânea do autoritarismo, racismo religioso e violência de gênero. De acordo com as palavras de Tibaku, à época um dos jovens Aikewara que atuaram como guias para os militares:

Aí, eu fiquei esses três anos junto com eles, até acabar essa guerrilha e, lá onde eles fizeram eu brigar, eu rasgar a roupa de uma mulher que era, eu considerava ela como minha mãe de criação. Aí pediram pra eu rasgar a roupa dela, porque tava mentindo. Porque ela mexia com negócio de terecô, sabe? Aí o sargento perguntou pra ela se ela fizesse um trabalho que os pessoal aparecesse lá na casa onde nós tava. Aí eles gostaria que fizesse isso pra eles. Mas aí ela num fez e eles ficaram com raiva e pediram pra mim rasgar a roupa dela. Eu rasguei, porque era obrigado, né? Porque se num fizesse isso eu apanhava (SURUÍ, 2020 [2012]).

Em outras palavras, a mulher foi agredida e teve seu corpo desnudado porque não aceitou realizar uma seção de terecô com o objetivo de atrair os guerrilheiros para uma armadilha. Os Aikewara e boa parte dos terecozeiros contatados pelos guerrilheiros viviam nos arredores da zona de atuação do Destacamento B, liderado por Osvaldão. É de se supor que tal proposta dos militares visava, sobretudo, capturar o líder guerrilheiro. Além de seu papel de liderança, Osvaldão é apontado como responsável pela morte do militar Cabo Rosa, a primeira morte ocorrida no conflito, em 1972. Desse modo, ele passou a ser alvo des-

25 Ferreti (2014) problematizou a umbandização do Terecô, ocorrida nas últimas décadas, o que resultou na incorporação do Terecô pela Umbanda — vista em muitos casos como mais aceita socialmente — em diversos locais, inclusive no espaço onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia.

de cedo dos militares, inclusive por ser um dos guerrilheiros mais comentados nos diálogos travados entre os moradores locais, seja pela sua habilidade militar, seja pelo fato de que muitos moradores o conheceram entre os anos de 1966 e 1972.

Esse episódio revela não somente a resistência assumida pela terecozeira, que teve sua religião, seus direitos e seu corpo desrespeitados; mas também uma forma de violência de gênero²⁶ muito presente durante o regime militar. Segundo Colling, que abordou casos análogos em que as mulheres eram desnudadas durante as torturas: “Docilizar o corpo da mulher para sujeitá-lo, fragiliza-lo, para que ele entendesse sua posição de inferioridade absoluta ao poder instituído, são os objetivos fundamentais da tortura” (1997, p. 80). Durante o combate aos guerrilheiros os militares materializavam formas de machismo, racismo e discriminação religiosa que não eram cunhadas somente no interior das academias militares, mas que faziam parte da sociedade brasileira de uma forma mais ampla. Ou seja, tal tipo de ação, facilitada pelo cerco e o estado de sítio instalados, não surgiu por acaso, pois possuía uma historicidade longínqua, presente no Brasil em uma longa duração.

Como indicamos no início, a pesquisa sobre esses e outros temas envolvendo a participação negra na Guerrilha do Araguaia ainda se encontra em desenvolvimento. Contudo, através das fontes e informações já localizadas, algumas das quais discutidas aqui, podemos compreender que entre as matas, rios e igarapés da Amazônia Oriental brasileira ocorreram experiências que colocaram muitas mulheres e homens negros, bem como religiosos vinculados às religiões de matriz africana, diante de situações-limite.

Guerrilheiros como os citados Osvaldão e Francisco Chaves perderam a vida em combate naqueles “anos de chumbo”. Todavia, suas ações permitiram o contato entre guerrilheiros negros e religiosos adeptos de religiões de matriz africana integrantes de um camponato negro. Ou seja, nos apontam experiências de diálogo político que nos permitem ressignificar a história do regime militar no país, podendo ampliar a compreensão sobre a atuação de homens e mulheres negras naquele contexto.

No mesmo sentido, mulheres como a terecozeira citada no depoimento do indígena Tibaku do Suruí, foram alvos não só de torturas, como também de formas de discriminação de quem via seu corpo e sua forma de se manifestar religiosamente como inferiores. Nos anos 1970, esse tipo de visão também se deslocava de forma acelerada para aquela porção da Amazônia, junto com as frentes de expansão; juntamente com um paradigma voltado para a destruição ambiental, concentração fundiária, desrespeito aos saberes dos grupos e povos tradicionais, e manutenção do racismo e formas de desigualdade há muito vigentes no país.

26 Para uma abordagem sobre a perspectiva de gênero e atuação das mulheres guerrilheiras durante o conflito, ver: Cavalcanti Junior (2020).

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. "Histórias dentro da História". In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Org). **Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: PALLAS; CPDOC-FGV, 2007.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALFONSO, María Isabel. "Ediciones El Puente y dinâmicas raciales de los años 60: un capítulo olvidado de la historia literaria cubana". **Temas**, La Habana, n. 70, p. 110-118, abr-jun. 2012.
- AMORIM, Carlos. **Araguaia: histórias de amor e de guerra**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- ANITA GARIBALDI. **Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade**. 4. ed. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2005.
- ARAGUAIA: Campo Sagrado. Direção: E. C. de Medeiros. Marabá: UFPA, 2010. 53 min.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Textos temáticos**. Brasília: CNV, 2014.
- BUONICORE, Augusto Cezar. **Reflexões sobre o marxismo e a questão racial**. Disponível em: http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/85_REFLEXOES_SOBRE_O_MARXISMO_E_A_QUESTAO_RACIAL.pdf. Acesso: Mar. 2018.
- CAMPONESES DO ARAGUAIA: a guerrilha vista por dentro. Direção: V. Fernandes. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010. 73 min.
- CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. **As Dinas do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar**. 216 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.
- CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Corte IDH. **Caso Gomes Lund y otros ("Guerrilha do Araguaia") Vs. Brasil**. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010. Serie C No. 219. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_casos_contenciosos.cfm?lang=es. Acesso: abr. 2017.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. "Etnicidade: Da Cultura Residual mas irreduzível". In: _____. **Cultura com Aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 235-244.
- DE LA FUENTE, Alejandro. "Tengo una raza oscura y discriminada". El movimiento afrocubano: hacia un programa consensuado". **Nueva Sociedad**, Ciudad de Buenos Aires, n. 242, nov-dez, 2012.
- DÓRIA, Palmerio; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vicent; SAUTCHUK, Jaime. **História Imediata: A Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- ESCOBAR, Geanine Vargas. **Memória da Militância Negra durante a Ditadura Militar no Brasil e a Luta Antirracista através do Acervo Fotográfico de Oliveira Silveira (1971-1988)**. 2014. 141 f. Dissertação – (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) –, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
- FERRAZ, Iara; CALHEIROS, Orlando; SURUÍ, Tiapé; SURUÍ, Ywynuhu. **O tempo da guerra – os Aikewara e a guerrilha do Araguaia**. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2098%20-%2000092_000950_2014_66.pdf. Acesso em 10 mar. 2018.

FERRETI, M. M. R. "A Mina maranhense, seu desenvolvimento e suas relações com outras tradições afro-brasileiras". In: MAUÉS, Raimundo Herald; VILLACORTA, Gisela Macambira. **Pajelaças e Religiões Africanas na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 149-179.

_____. "Brinquedo de Cura em Terreiro de Mina". **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 59, p. 57-78, dez. 2014.

GOMES, Flavio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

JOFFILY, Bernardo. **Osvaldão e a saga do Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KÖSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância no Depos/SP (1964-1983)**. 2007. 314 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LIMA, Carlos Eduardo de Freitas. "Black Rio contra o sistema: considerações sobre autenticidade e combate à ditadura civil-militar (1970-1977)". In: ENCONTRO INTERNACIONAL E ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, II/XVIII, 2018, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, ANPUH-Rio, 2018, p. 1-10.

LUIZ, Janailson Macêdo. "**Minha irmandade, vamos se reunir**": o Terecô e a Guerrilha do Araguaia. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502838282_ARQUIVO_Artigo_OTerecoeaGuerrilha.pdf. Acesso: set. 2017.

_____. "Notas sobre a clandestinidade: Francisco Manoel Chaves e a participação negra nas mobilizações comunistas no Brasil". **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 94-107, 2018.

_____. "Estou aqui fazendo um filme': relações étnico-raciais e lutas pela memória em Osvaldão (2014)". **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 37, 2020.

MBEMBE, Achille. "Necropolítica". **Arte & Ensaios**: revista do PPGAV/EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez 2016.

NAPOLITANO, Marcos. "Recordar é vencer: dinâmicas e vicissitudes da construção da memória social do regime militar brasileiro". **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-45, 2015.

_____. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018.

NOSSA, Leônêncio. **Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OSVALDÃO. Direção: V. Fernandes *et al.* São Paulo: F. Maurício Graboys, 2014. 80 min.

PC DO B. "Programa Popular". **A classe operária**: órgão do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, s/l, n. 77, p. 10-12, set. 1973.

_____. "Denodado lutador de vanguarda". **A classe operária**: órgão central do Partido Comunista do Brasil, n. 85, ano 10, p. 2 e 7, mai. 1974.

_____. **Cinquenta anos de luta**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1975.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: Relações raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

PINTO, Maria Leal. **Histórias que ouvi contar: A Guerrilha do Araguaia nas narrativas do Povo de Santo da Região Araguaia-Tocantins**. 2018. 126f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. "Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro". **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, p. 1054-1079, 2018.

POMAR, Wladimir. **Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos inéditos**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**: A saga do Araguaia. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.

RIOS, Flavia. "A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar". **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 21.1, p. 73-96, 2014.

RODRIGUES, Alan. "Identificada a ossada de Preto Chaves". *Istoé*, São Paulo, 15. Jan. 2013. Disponível em: https://istoe.com.br/276044_IDENTIFICADA+A+OSSADA+DE+PRETO+CHAVES. Acesso: Jan. 2017.

RODRIGUES, Lauro. **Depoimento**. Audiência da Comissão Nacional da Verdade. Marabá, 17 nov. 2012. Audiovisual. 8min.19s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sSEPoFGWa4>. Acesso: 15 mai. 2019.

SÁ, Glênio. **Araguaia**: Relato de um Guerrilheiro. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2004.

SADER, Regina. "Lutas e imaginário camponês". **Tempo Social**: Ver. Sociol. USP, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 115-125, 1. Sem. 1990.

SALES, Jean Rodrigues. "História do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): um balanço bibliográfico". **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 290-311. maio/ago. 2017.

SEYFERTH, Giralda. "Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização". In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz: CCBB, 1996. p. 41-58.

SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. 2006. 181f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

_____. **Frente Cultural**: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008). 2011. 230 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SILVA, Tauana Olívia Gomes. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a Ditadura no Brasil (1964-1985)**. 2019. 528 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SILVA, Wellington Sampaio da. **A Guerra Silenciada**: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia. 2008. 146 f., Il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SOUZA, Sérgio Luiz de Souza. "O contexto urbano e os territórios negros". In: _____. **(Re)Vivências negras**: entre batuques, bailados e devoções - práticas culturais e territórios negros no interior paulista (1910-1950). Ribeirão Preto: Edição do Autor, 2007.

SURUÍ, Tibaku do. **Depoimento**. Audiência da Comissão Nacional da Verdade. Marabá, 17 nov. 2012. Audiovisual. 4min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RAYf_ChllVc. Acesso: 11 nov. 2020.

TELES, J. de A. "Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974)". **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 3, p. 464-480, set-dez. 2014.

TORRES, Roberto Zurbano. "Racismo vs. socialismo en Cuba: un conflicto fuera de lugar (apuntes sobre/contra el colonialismo interno)". **Meridional**: Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos, Santiago, n. 4, p. 11-40, abr. 2015.

VASCONCELOS, Mônica de Almeida. 2018. **Memórias do Araguaia**: Problematizando o ensino sobre a Guerrilha nas escolas de Brejo Grande do Araguaia – PA. Monografia (Graduação em Educação do Campo). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará: Marabá, 2018.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área de Transamazônica. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013.